



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MIZAEL NUNES SANTOS

**CHINA E NIGÉRIA: ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA
COOPERAÇÃO ENTRE AS NAÇÕES (1993–2016) E OS DESAFIOS PARA A
CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO NIGERIANO DE DESENVOLVIMENTO
AUTÔNOMO**

**São Cristóvão/SE
2026**

MIZAEL NUNES SANTOS

**CHINA E NIGÉRIA: ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA
COOPERAÇÃO ENTRE AS NAÇÕES (1993–2016) E OS DESAFIOS PARA A
CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO NIGERIANO DE DESENVOLVIMENTO
AUTÔNOMO**

Trabalho de Conclusão Curso I apresentado ao
Departamento de Relações Internacionais como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Fernandes Franco.

São Cristóvão/SE

2026

MIZAEL NUNES SANTOS

CHINA E NIGÉRIA:
ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO ENTRE AS
NAÇÕES (1993-2016) E OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO
NIGERIANO DE DESENVOLVIMENTO AUTÔNOMO

Trabalho de Conclusão Curso I apresentado ao
Departamento de Relações Internacionais como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais.

São Cristóvão, 25 de Fevereiro de 2026

BANCA EXAMINADORA

Prof.: Dr. Thiago Fernandes Franco
Orientador

Prof.^a.: Dr^a. Érica Cristina Alexandre Winand
Examinadora Interna

Prof. Me. Francisco Luiz de Andrade Neto
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pois reconheço que, para chegar até aqui, foi necessário uma força maior do que a mera coincidência.

Agradeço à prima/tia/mãe Maria Celda, por ter me adotado e por ser fonte de inspiração, força e determinação. O cuidado, a firmeza e o amor de vocês foi abrigo e direção, pois tudo o que sou carrega um pouco do que aprendi ao vê-la viver.

Aos meus irmãos, Moisés, Reinaldo e Eduardo, deixo minha gratidão e meu reconhecimento: por tudo o que atravessamos juntos, por cada fase difícil e por cada apoio silencioso. Fica a certeza de que os longos dias também chegam ao fim, e chegar até aqui tem ainda mais sentido por não ter sido sozinho.

Aos meus irmãos adotivos, Celda, Abelardo, Sany e Eduardo, agradeço por me tratarem como parte da família desde o início, me orientando com conselhos, correções e cuidado, sempre que eu precisei.

Aos amigos queridos, Lucas, Rodrigo, Giulia, Thalmon, que carrego quase com devoção, obrigado pela presença, pela lealdade e pelas palavras certas nos momentos necessários. Vocês ajudaram a tornar a caminhada mais leve e isso vale tanto quanto qualquer resultado.

Agradeço à minha namorada Thayná, por ouvir meus lamentos com paciência e por todo o companheirismo e amor. Obrigado por acolher minhas inseguranças e por permanecer ao meu lado, somando forças mesmo nos dias em que eu só conseguia oferecer cansaço. Este trabalho também tem um pouco de nós.

A Thiago, meu orientador, minha gratidão pela vivência ao longo da graduação e pelas tardes de futebol, pois entre orientações e jogos aprendi mais do que cabe nas páginas deste trabalho

In memoriam de José Hunaldo, meu pai.

À minha mãe, Conceição, registro meu respeito. Que o tempo cure onde dói e que a vida não mais machuque.

RESUMO

Este trabalho analisa, a partir da perspectiva crítica do neocolonialismo de Kwame Nkrumah, o desenvolvimento histórico da cooperação econômica bilateral entre China e Nigéria no período de 1993 a 2016, problematizando como a divisão internacional do trabalho pode perpetuar a dependência econômica e limitar benefícios efetivos da cooperação Sul–Sul. O objetivo é avaliar as perspectivas e os limites dessa parceria, ao verificar em que medida ela contribui para um projeto nigeriano de desenvolvimento autônomo ou reproduz assimetrias estruturais. O método dedutivo e o estudo de caso explanatório indicam que o trabalho parte de um referencial teórico para analisar o caso China–Nigéria (1993–2016), aplicando conceitos a um recorte empírico específico e descrevendo suas dinâmicas. A interpretação articula Nkrumah, como chave para compreender mecanismos indiretos de dominação econômica e Gerson Moura, para tratar dos limites estruturais e das margens de autonomia, sobretudo por meio da noção de autonomia relativa. A conclusão indica que, apesar da retórica de benefício mútuo, a relação apresenta desequilíbrios, pois a China predomina nas exportações de manufaturados e em investimentos estratégicos, enquanto a Nigéria permanece associada à exportação de matérias-primas, sustentando uma posição dependente.

Palavras-chave: China-Nigéria, cooperação, desequilíbrios, dependência, autonomia.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	CONTEXTO HISTÓRICO DA RELAÇÃO SINO-NIGERIANA APÓS 1960.....	10
3	NEOCOLONIALISMO E RECONFIGURAÇÃO DA DEPENDÊNCIA: NIGÉRIA E CHINA.....	20
3.1	LIMITES ESTRUTURAIS E MARGENS DE AUTONOMIA.....	26
4	IMPACTOS NA NIGÉRIA DAS RELAÇÕES COM A CHINA.....	32
4.1	IMPACTO DA RELAÇÃO CHINA-NIGÉRIA NOS GRUPOS ÉTNICOS NA NIGÉRIA.....	35
4.2	SOBRE AS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS (ZEE'S) NA NIGÉRIA.....	38
4.3	DESAFIOS PÓS 2013 DA RELAÇÃO CHINA-NIGÉRIA.....	40
5	CONCLUSÃO.....	43
6	REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo, a China consolida-se como um ator central na reconfiguração da ordem global. Embora historicamente tenha sido classificada como uma potência emergente, sua trajetória de crescimento econômico acelerado, iniciada especialmente a partir da segunda metade do século XX, transformou significativamente sua posição no sistema internacional. Ademais, o país tem trabalhado ativamente para projetar uma imagem de parceria estratégica para o desenvolvimento de outras nações, oferecendo cooperação em diversas frentes, como infraestrutura, tecnologia e comércio. Esse posicionamento reflete a transformação da China em uma potência econômica e política de grande relevância no Sistema Internacional (SI), com o fortalecimento de suas relações bilaterais, especialmente com países emergentes e em desenvolvimento. A Nigéria, por sua vez, se localiza na África Ocidental e possui população de 223 milhões de habitantes (Banco Mundial, 2023), dado que a eleva à categoria de país mais populoso do continente e sétimo mais populoso do mundo. Ainda sobre os aspectos sociais e geográficos, os principais grupos étnicos que compõem a população nigeriana são os Hausa/Fulani, ao norte; os lorubás, no sudoeste; e os Igbós, no sudeste (Folola e Heaton, 2008).

Nas últimas décadas, a economia nigeriana demonstrou forte dependência das exportações de petróleo, o que a tornou vulnerável às flutuações dos preços globais do petróleo. Desta maneira, no período de tempo recortado para este trabalho (entre 1993 e 2016), a participação internacional da Nigéria manteve sua posição de dependência (que vem desde o período colonial) através da especialização na exportação de *commodities*, principalmente de petróleo bruto. Essa dinâmica reforçou padrões históricos de dependência tecnológica e industrial, manifestando-se nas relações com a China através de fluxos comerciais assimétricos: o país africano exporta matérias-primas energéticas e importa manufaturas e infraestrutura chinesa.

Iniciadas formalmente em 1971, as relações comerciais sino-nigerianas por mais de duas décadas se caracterizaram por contatos limitados e esporádicos. Somente a partir de 1993, com a gradual redução da preferência da Nigéria pelo diálogo com potências ocidentais, iniciou-se a consolidação das relações sino-

nigerianas. A partir de 1993, as relações entre Nigéria e China intensificaram-se impulsionadas por interesses estratégicos distintos de cada parte. No contexto nigeriano, o governo de Sani Abacha (1993-1998) enfrentava forte desgaste internacional devido às denúncias de violações de direitos humanos (Chiedozie et al, 2003, p.3), o que levou o país a buscar novos parceiros capazes de oferecer cooperação econômica e política sem impor condicionantes rígidas nessa matéria. Do lado chinês, o aumento da demanda energética tornou o petróleo um recurso estratégico (Utomi, 2008, p.2), levando Pequim a diversificar suas fontes de abastecimento e a ver na Nigéria um fornecedor relevante.

Em nosso juízo, a compreensão das dinâmicas contemporâneas de dominação econômica sobre países africanos se beneficia com a retomada crítica da categoria “neocolonialismo”, tal como elaborada por Kwame Nkrumah em *Neocolonialismo: Último estágio do Imperialismo* (1967), no qual argumenta que a paz e a justiça internacional estão condicionadas à superação dessa forma de dominação. Segundo Nkrumah, líder político ganense com notável influência no pan-africanismo, o neocolonialismo configura-se como uma continuidade do colonialismo por outros meios, sendo caracterizado pelo controle *indireto* exercido por potências estrangeiras sobre Estados *formalmente* independentes. Segundo afirma:

acima de tudo, o neocolonialismo, como o colonialismo antes dele, adia o enfrentamento das questões sociais que deverão ser enfrentadas pelo setor plenamente desenvolvido do mundo antes que o perigo de uma guerra mundial possa ser eliminado ou o problema da pobreza mundial resolvido (Nkrumah, p.8, 1965).

Esse excerto evidencia que o neocolonialismo não apenas *perpetua* a dominação econômica, mas também *retarda* soluções estruturais globais, como a erradicação da pobreza e a prevenção de conflitos, pois ao manter os países “em desenvolvimento” em situação de dependência, os desequilíbrios sistêmicos se aprofundam. Desta maneira, para Nkrumah, a subordinação das economias africanas às estruturas externas é aprofundada por mecanismos de dependência produtiva e comercial, que por sua vez impedem a constituição de mercados internos autônomos e inviabilizam o desenvolvimento nacional, segundo o qual:

enquanto o neocolonialismo puder impedir condições políticas e econômicas para um desenvolvimento ótimo, os países em desenvolvimento, estejam ou não sob controle neocolonialista, serão incapazes de criar um mercado suficientemente grande para apoiar a industrialização (Nkrumah, p.9-10, 1965).

O excerto traz à tona que o neocolonialismo, ao impedir a formação de mercados internos fortes, bloqueia as bases necessárias para a industrialização nos países periféricos e, assim, mesmo na ausência formal de controle externo, atua como barreira *estrutural* ao desenvolvimento autônomo. E assim, para Nkrumah, a despeito da situação jurídica, a dependência é mantida pela fragilidade *econômica*, herdada do período colonial. Em complemento, mobiliza-se Gerson Moura (1980) para tratar a autonomia não como ruptura completa com a dependência, mas como autonomia relativa, isto é, como capacidade de decisão em conjunturas específicas dentro de limites estruturais mais amplos. Nessa chave, a categoria de “equidistância pragmática” permite interpretar estratégias de países periféricos que procuram explorar rivalidades entre centros de poder e diversificar alianças, ampliando margens de manobra mesmo em um quadro de dependência. A partir desse quadro analítico, esse trabalho pretende investigar a intensificação das relações comerciais entre Nigéria e China, com o objetivo de verificar em que medida o estreitamento dos laços econômicos de ambos os países contribui para a construção de uma agenda nigeriana de desenvolvimento autônoma ou, ao contrário, perpetua padrões neocoloniais de dependência.

Com base nesse enquadramento, o objetivo geral deste trabalho é entender, sob a perspectiva da autonomia, o desenvolvimento da relação econômica entre China e Nigéria no período de 1993 a 2016. Como objetivos específicos, busca-se: (1) explorar a literatura sobre o panorama histórico das duas nações no período delimitado; (2) analisar a estratégia econômica da China na Nigéria e seus impactos sobre a autonomia política e econômica do país africano; e (3) investigar os efeitos da política econômica chinesa sobre a Nigéria, avaliando-os a partir da autonomia política e econômica no contexto nigeriano. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, com método dedutivo, organizada como estudo de caso explanatório e conduzida por análise descritiva, articulando categorias teóricas à reconstrução histórica e à discussão dos impactos identificados na literatura.

A estrutura do texto está organizada em quatro partes. O Capítulo 1 apresenta o contexto histórico da relação sino-nigeriana após 1960, destacando condicionantes internos e externos que moldaram o relacionamento até sua intensificação pós-1993. O Capítulo 2 discute o neocolonialismo e a reconfiguração da dependência, com ênfase nos mecanismos de comando indireto em Nkrumah, e, na seção 2.1, explicita os limites estruturais e as margens de autonomia,

incorporando a contribuição de Moura. O Capítulo 3 examina impactos da relação China–Nigéria, incluindo efeitos sociais, as ZEEs e os desafios após 2013, conectando a evidência debatida às categorias de dependência e autonomia relativa. Por fim, a conclusão retoma o problema e os objetivos, sintetiza os achados e indica as condições necessárias para que a Nigéria converta cooperação externa em desenvolvimento orientado por interesses próprios.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA RELAÇÃO SINO-NIGERIANA APÓS 1960

A Nigéria está localizada na África Ocidental e possui uma população de 223 milhões de habitantes (Banco Mundial, 2023), dado que a eleva à categoria de país mais populoso do continente e sétimo mais populoso do mundo. Ainda sobre os aspectos sociais e geográficos, os principais grupos étnicos que compõem a população nigeriana são os Hausa/Fulani, ao norte; os Iorubás, no sudoeste; e os Igbós, no sudeste (Falola e Heaton, 2008).

Antes de discutir a evolução das relações sino-nigerianas, convém ressaltar que o processo de independência da Nigéria perante as forças britânicas de dominação colonial ainda é encarado como um momento complexo da história daquele país. Essa natureza advém do conjunto de fatores históricos, sociais e políticos que culminaram na transição do controle do país. Em razão do confronto histórico entre movimentos nacionalistas e governantes coloniais entre 1929 e 1960, a situação interna do país foi exposta a diversas contradições.

No livro *History of Nigeria* (2008), Falola e Heaton afirmam que, entre os anos 1947 e 1954, a Nigéria contou com três diferentes Constituições que intentaram, cada uma a seu modo, conciliar e integrar os movimentos nacionalistas ao processo político nacional, ao passo que aumentavam os desentendimentos entre os diferentes grupos desse movimento (p.148). Segundo Falola e Heaton (2008), aquela cooperação na transição do controle estatal era pautada pela intenção do governo colonial em impedir o rompimento total com a metrópole britânica e estabelecer um “*self-government*” nigeriano. “Ao concordar com algumas das demandas mais moderadas dos nacionalistas, as autoridades coloniais esperavam evitar o nacionalismo militante e esquerdista entre os nigerianos” (p.146. Tradução própria). Diante do exposto, a emancipação nigeriana em 1960, de uma colônia britânica para um Estado independente foi o resultado de políticas apaziguadoras de manutenção do *status quo* em resposta à atuação de movimentos anticoloniais.

No transcorrer da década dos anos 1960, o país africano vivenciou uma guerra civil, doravante chamada de Guerra Civil de Biafra, na qual ficaram mais evidentes as consequências de aglutinar arbitrariamente, em um mesmo território, diferentes grupos étnicos com rivalidades históricas (Hausa/Fulani; Iorubás; e Igbós,

dentre outros). Portanto, “o problema da unidade nacional era evidente no início dos anos 1960, e os nigerianos o abordaram de várias maneiras” (Falola; Heaton, p.159. Tradução própria). Havia “receio” da preponderância ou dominação de um desses grupos étnicos sobre outros em prol de um Estado forte ou mesmo da eclosão de um conflito militar nacional (Falola; Heaton, 2008, p.159). Até que, em 1967, os Igbós discordaram sobre a sucessão da presidência – que alegadamente favoreceria os Hausa-Fulani – e declararam a criação do Estado de Biafra, em secessão à Nigéria. A luta entre o Governo Militar Federal e as forças de Biafra durou dois anos e meio, culminando no colapso e na rendição do Estado secessionista em 12 de janeiro de 1970, quando, após sucessivas intervenções militares nigerianas sobre as tropas de Estado recém-criado, o território foi reunificado.

Dessa maneira, a história colonial da Nigéria e seus desafios internos, como a fragmentação étnica e os conflitos pós-independência, influenciaram sua posição na economia global. A dependência do petróleo, herança de uma economia voltada para as exportações durante o colonialismo britânico, tornou o país vulnerável a flutuações externas, enquanto as tentativas de diversificação econômica enfrentam barreiras estruturais e políticas (Onyeka; Onyeka, 2023, p.4-5). No contexto das relações com a China, essas dinâmicas históricas criaram um terreno fértil para uma cooperação estratégica na qual investimentos chineses em infraestrutura e comércio são entendidos como oportunidades para superar os legados coloniais de subdesenvolvimento, embora também levantem suspeitas de reforçar o neocolonialismo.

A trajetória inicial marcada pela parcimônia das relações sino-nigerianas, no período subsequente à independência, não reflete a intensidade das interações contemporâneas. Durante as décadas de 1960 e 1970, a arquitetura da política externa nigeriana estava primariamente focada na consolidação da soberania e no entendimento das dinâmicas impostas pela Guerra Fria, aderindo aos princípios do Movimento dos Não-Alinhados. Neste cenário, potências emergentes fora dos blocos tradicionais, isto é, capitalismo e socialismo, ocupavam uma posição secundária na agenda diplomática. Como observa Lemuel Odeh, em *Dinâmica das Relações Econômicas entre China e Nigéria desde 1971*, a percepção nigeriana da República Popular da China era distinta da atual: “Tal como a maioria dos países africanos nas décadas de 1960 e 1970, a Nigéria via a China como um país em desenvolvimento não-alinhado e pouco fez para promover relações econômicas ou

mesmo quaisquer relações diplomáticas especiais.(Odeh, pág. 153). De tal forma que Udeala (2010, p.4):

Na época da independência, a liderança política da Nigéria não era apenas pró-Occidente, mas também anticomunista. O efeito dessa postura foi que a atitude da Nigéria em relação à China comunista seguiu o que então se tornou um padrão claro na maioria de suas relações com os então estados socialistas – ou seja, isolamento diplomático acompanhado, ocasionalmente, de ataques contundentes contra a ideologia subversiva comunista em território nacional (Tradução própria).

Essa postura de distanciamento, contudo, aplicava-se especificamente à China. Evidência disso é que, durante a Primeira República (1960-1966), a administração do Primeiro-Ministro Tafawa Balewa manteve relações com a República da China (Taiwan). Seguindo convites de líderes regionais, como Alhaji Ahmadu Bello, Taiwan investia na produção de algodão que significou importante contribuição para os estágios iniciais da indústria têxtil nigeriana. Outro fator que pesou contra o alinhamento ao país socialista foi que em razão da severa instabilidade interna que culminou na Guerra Civil da Nigéria (1967-1970). As perspectivas para uma aliança foram diretamente prejudicadas por indicações de que o governo chinês apoiava o movimento secessionista de Biafra.

Resumidamente, a relutância inicial da Nigéria em se aliar à China deveu-se a uma confluência de fatores: a República Popular da China (RPC) não era vista como prioridade estratégica; o governo nigeriano mantinha relações econômicas ativas com Taiwan; e, crucialmente, a instabilidade interna da Guerra de Biafra foi determinante em razão do apoio chinês aos separatistas. A Nigéria, rica em petróleo e com desafios estruturais herdados do colonialismo, atraiu o interesse chinês como parte de sua estratégia de exportar “desenvolvimento pacífico” e expandir sua presença econômica global, conectando os objetivos pragmáticos de Zhou ao crescente engajamento comercial e político com o país africano.

Em paralelo ao apresentado sobre a parte africana, a China conta com uma população de 1,409 bilhão de pessoas, o que o elenca como o segundo mais populoso do mundo (Banco Mundial, 2025). Antes de se tornar a principal parceira econômica da Nigéria, também passou por processo de colonização em virtude do Concerto de Viena, de 1845. Pomar (2003) descreve a China como uma civilização milenar, cuja organização estatal remonta à dinastia Xia, formada entre os séculos XXI e XVI a.C., portanto há mais de quatro mil anos. A eclosão da Primeira Guerra

do Ópio (1839–1842) contra o Império Britânico, marcou o início da repartição da China pelas potências coloniais, encerrando um longo ciclo de autonomia e protagonismo no comércio eurasiático, sustentado por rotas como a da Seda, que ligava Xian ao Mediterrâneo. De acordo com Pomar (2003, p.31-32), foi em decorrência dessa derrota que se iniciou um longo processo de repartição da China pelas potências coloniais. Inglaterra, França, Rússia, Japão, Estados Unidos impuseram à dinastia Qing uma série de tratados pelos quais a China lhes concedeu zonas de influência e concessões de áreas territoriais e direitos alfandegários e de extraterritorialidade.

Kaufman (2010) argumenta que o período colonial (1839-1949) redefiniu a autoimagem nacional da China, transformando sua posição histórica no cenário global – saiu da noção de “Império do Meio” para a realidade de nação sem autonomia – e também, reverberou na forma como as futuras relações comerciais seriam tratadas de 1949 em diante. Nesse momento de instabilidade de poder, fortaleceram-se o Partido Nacionalista (Kuomintang - KMT) e o Partido Comunista Chinês (PCC). Sendo que o primeiro o que ficou responsável por lançar o primeiro presidente (ainda que provisório) chinês, o Sun Yat-sen. A Revolução Xinhai de 1911, que derrubou a Dinastia Qing, foi apenas o passo inicial de uma república que depôs a “Era dos Senhores da Guerra”, responsável pela política de desmembramento do país em feudos militares rivais enquanto potências estrangeiras mantinham suas esferas de influência (Spence, 2013).

Em 1911, os movimentos nacionalista e comunista obtiveram sua primeira vitória ao derrotar os “senhores da guerra” (Kaufman, 2010, p.5) que apoiavam as forças imperialistas estrangeiras, declarando o fim da dinastia Qing e iniciando a história republicana da China. A partir desse momento, os pensadores chineses, liderados por Mao Zedong, que seria o líder vitorioso da Revolução de 1949, estimulavam a adoção de pensamento nacional que englobasse a China enquanto uma nação disposta a atuar no cenário competitivo internacional, mas dessa vez como ator soberano e capaz de autodeterminar suas ações (Kaufman, 2010, p. 9). O período entre 1911 e 1949 na China não representou apenas uma luta por independência contra uma única potência colonial, mas sim um complexo processo para restaurar a soberania nacional, superar a fragmentação interna e encerrar cem anos de colonialismo estrangeiro.

Outro fator que contribuiu para a Revolução de 1949, foi a invasão em larga escala do Japão em 1937, que transformou a luta interna em uma guerra de resistência nacional. O país invasor contou com a leniência das tropas do KMT, do general conservador Chiang Kai-shek, que preferiram continuar com a dupla frente de batalha: embate contra as forças comunistas e contra as forças invasoras (em menor parte), fato que foi trabalhado na propaganda comunista para angariar apoio dos camponeses e populares (Mitter, 2014). Desta maneira, as forças lideradas por Mao Zedong foram as principais responsáveis por combater as tropas invasoras japonesas.

Ao fim da Segunda Guerra, com a posição da China como uma das nações vitoriosas na Segunda Guerra Mundial, o país se torna membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945. Contudo, esse mecanismo de poder internacional recém-adquirido não reverberou em pacificação interna, tendo em vista que a guerra civil foi retomada até meados de 1949. Nesse ínterim, o governo do KMT não conseguiu conter a ascensão do PCCh, que havia expandido sua base de apoio popular (Spence, 2013) que foi fator determinante para as forças comunistas sob Mao Zedong saírem vitoriosas. Proclamaram a República Popular da China e consolidaram, pela primeira vez em mais de um século, um governo central forte com controle efetivo sobre o território continental (Westad, 2017).

Após o período de consolidação do novo governo, entre 1963 e 1964, a política externa chinesa foi marcada pela visita do Ministro de Relações Exteriores Zhou Enlai¹ à África, onde buscava consolidar a influência da China através de princípios como “solidariedade anticolonial”, “cooperação econômica” e “não-interferência”, alinhando-se ao contexto de descolonização e ao fortalecimento de laços com países emergentes, em um movimento entendido como “moderação relativa” (Strauss, 2009, p.6. Tradução própria). Esse período estabeleceu as bases para a expansão das relações sino-africanas, incluindo a Nigéria que, após o estabelecimento de laços diplomáticos, em 1971, se tornou um parceiro estratégico no continente.

¹ Entre Dezembro de 1963 e Março de 1964, o então Ministro de Relações Exteriores da China, Zhu Enlai, visitou 10 países africanos com os quais já havia estabelecido relações diplomáticas nos anos anteriores: Egito, Argélia, Marrocos, Tunísia, Gana, Mali, Guiné, Sudão, Etiópia e Somália. (Haddad-Fonda, 2017)

A primeira troca bilateral entre Nigéria e China ocorreu apenas em 1971, ou seja, onze anos após o encerramento do processo de independência da Nigéria e oito anos após a visita de Zhou Enlai à África. Do lado nigeriano, deve ser considerado o apoio do governo de Mao Zedong ao movimento separatista da república de Biafra (Folola, Heaton, p.178), que evidentemente não foi bem recebido pelo governo nacional da Nigéria. Entretanto, esse hiato entre o início de cooperação bilateral diplomática (nos campos político-econômico) e a consolidação dessa parceria (pós-1993) também pode ser explicado pela posição predominante da Nigéria em termos de política externa, uma vez que, até o final do século XX, como herança do período colonial, o país mantinha a tendência de priorizar parcerias com os países ocidentais europeus (Chiedozie *et al*, 2024, p. 4).

Já do lado chinês, é preciso entender que, conforme argumentado no texto *China and Nigeria* (2013), pelo economista nigeriano Patrick Utomi, foi somente com a eleição de Deng Xiaoping como Secretário-Geral do Partido Comunista da China (PCCh) e a subsequente política de abertura econômica chinesa que se aprofundaram as conexões político-econômica entre esses países. Ainda segundo Utomi, até aquele momento a China mantinha relações diplomáticas com base em “políticas indiretas e suporte ideológico aos vários movimentos nacionais de liberação” (Utomi, 2013, p.2) que confrontavam diretamente a dominação das metrópoles europeias, mas essas nações realmente aprofundaram as relações diplomáticas a partir do momento que vislumbraram benefícios mútuos com base em suas potencialidades. Cabe citar que a partir da década de 1960 países africanos e asiáticos optaram por não se alinhar politicamente com as potências globais, URSS e EUA. Segundo Alam (1977), “o não alinhamento significa a não participação em pactos militares com as grandes potências” (p.6, Tradução própria) que influenciaram países liderados por uma vontade de não se ligar a nenhuma potência militar em razão de acreditar na potencialidade dessa nova divisão bilateral em gerar uma nova guerra mundial, os Estados africanos perceberam ser mais vantajoso não declarar aliança com nenhum dos dois blocos dominantes: capitalista liberal, Estados Unidos e o socialista, com a União Soviética (p.2-3). Na visão de Mathews (1987), os países africanos recém-independentes não desejavam, entre outros motivos, se tornar “satélite de ninguém” (p.1, Tradução própria), razão pela qual optaram por formar um movimento conhecido como “Movimento dos não-alinhados”. Ademais, esse sentimento encontra amparo nos princípios básicos que regem as matérias de

interesse nacional: “a) a preservação da liberdade ou segurança nacional; b) o desenvolvimento social e econômico do país” (Alam, p.7). Desta maneira, os países recém-emancipados do colonialismo viam com prioridade garantir, primeiramente, estabelecer as estruturas conjunturais para o desenvolvimento nacional. Em suma como sendo “uma tentativa das nações mais fracas de unirem suas forças para desenvolver uma contra-força crítica, suficientemente potente para promover seus interesses comuns diante da oposição das nações poderosas” (Mathews, p.9).

Em síntese, em *Elefantes, formigas e superpotências: as relações da Nigéria com a China*, Gregory Mthembu-Salter (2009) define a parceria China-Nigéria como sendo “paradoxal e complexa” (p.4). Segundo o autor, o começo das tratativas foi marcado por um “silêncio estudado” mútuo que perdurou entre 1960-1968, cessando com o apoio chinês ao território separatista de Biafra, de maioria Igbó, ação esta que enervou a percepção do governo nigeriano para com o governo chinês, na pessoa do Ministro de Relações Exteriores Chen Yi. Mthembu-Salter explica que foi somente em 1971 que “laços diplomáticos formais” foram estabelecidos (Mthembu-Salter, p.6). No entanto, as trocas comerciais foram marcadas por um desbalanceamento crescente do comércio que perdurou até o final daquela década (p.6).

Laços diplomáticos formais foram estabelecidos apenas em 1971, quando a Nigéria estava no quinto ano de governo de seu segundo ditador militar, o General Yakubu Gowon, e a China, 22 anos após o primeiro pedido, finalmente obteve admissão na ONU. Gowon visitou a China em setembro de 1974, tornando-se o primeiro chefe de Estado nigeriano a fazê-lo, mas com poucas consequências, já que foi deposto do poder dez meses depois (Tradução própria).

Em Idrees (2024, p. 2) os países, Nigéria e a China, se comprometeram com cinco princípios quando estabeleceram relações diplomáticas, inicialmente em 1971: “a) não agressão mútua, b) não interferência nos assuntos internos um do outro, c) respeito pela soberania e integridade territorial um do outro, d) igualdade soberana e, e) coexistência harmoniosa”. Udeala (2010) corrobora com a existência desses princípios e ressalta que o início das relações diplomáticas entre Nigéria e China inscreveu-se no contexto mais amplo da Cooperação Sul-Sul, orientada ao fortalecimento das interações entre os países do Hemisfério Sul em múltiplos domínios e, notadamente, comércio, investimentos, cooperação técnica, industrialização, energia, agricultura, alimentação e desenvolvimento tecnológico.

O autor Mthembu-Salter também menciona a instabilidade política que caracterizou essa década no país africano. Entre os anos de 1971 e 1976, o país teve três presidentes militares distintos, sendo que cada transição de governo ocorreu por meio de um golpe militar que depôs o respectivo antecessor (p. 6). Em 1976, ao assumir o poder como Chefe de Estado militar, Obasanjo identificou um desequilíbrio nas relações comerciais entre a Nigéria e a China. Diante disso, promoveu a realização de encontros entre delegações dos dois países, realizados em 1978 e 1979, com o objetivo de discutir essa questão. Nesta ocasião, a “visita teria resultado na concordância da China com um pacote de ajuda limitado para a Nigéria, incluindo o envio de pessoal médico e especialistas agrícolas, embora isso tenha feito pouco para reverter o equilíbrio comercial” (Odeh, 2013, p.4. Tradução própria). Assim, segundo os autores, a década de 1980 e começo de 1990 representaram um período particularmente conturbado para a Nigéria, marcado por instabilidade política interna que limitou os avanços nas relações econômicas com a China, mesmo após trinta anos de vínculos diplomáticos entre os dois países.

Apesar da instabilidade inicial e crescente, no final da década de 1990, ainda segundo o autor, as negociações foram aprofundadas na medida em que passaram a focar em “interesses econômicos” (Mthembu-Salter, p.6). Do lado nigeriano, como já dissemos, havia a perspectiva de aproveitar esses recursos para superar o subdesenvolvimento enquanto que, no lado chinês, os recursos foram invertidos na Nigéria com objetivos como “[...] aumentar a presença da China no setor petrolífero nigeriano; aumentar a participação de mercado das empresas multinacionais chinesas (EMNs) na Nigéria; e expandir o mercado nigeriano para produtos manufaturados chineses” (Mthembu-Salter, 2009, p.7. Tradução própria).

Complementando o exposto, Idrees (2014) menciona a criação de institutos entre os dois países, mesmo em meio a contextos internos e externos que, em determinados momentos, aproximavam ou afastavam as nações, configurando uma condição de fragilidade nas relações diplomáticas. Nos anos 1970, o General Yakubu Gowon (em 1974), Chefe de Estado, visitou a China. E, dez anos depois, o Dr. Alex Ekwueme, então vice-presidente, também visitou a China. De modo análogo, o Vice-Premiê da China, Geng Biao, visitou a Nigéria em 1978, seguido pelo Vice-Premiê Huang Hua em 1981 (Idrees, 2014, p.45. Tradução própria). Ainda assim, embora o período entre 1971 e 1993 tenha sido marcado por intensas

disputas internas, foi possível observar avanços na cooperação entre os dois Estados:

De 1971 a 1993, Nigéria e China fortaleceram seus laços diplomáticos, estabelecendo embaixadas nas capitais uma da outra. Os acontecimentos políticos em ambas as nações na época tiveram uma influência importante no aprimoramento de suas conexões diplomáticas. O surgimento de administrações militares autoritárias na Nigéria, juntamente com as críticas mundiais à morte de ativistas, resultou em um isolamento ainda maior da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Da mesma forma, a China sofreu censura e isolamento político após a tragédia da Praça da Paz Celestial (1989). Essas experiências comuns aproximaram Nigéria e China (Idrees, p.44, Tradução própria).

Segundo Odeh (2013), em 1971, a Nigéria uniu-se a diversas nações em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina no apoio à longa reivindicação de Pequim, que há mais de duas décadas buscava o reconhecimento internacional como o legítimo governo da China. Como consequência dessa posição favorável e apesar da resistência dos Estados Unidos, a República Popular da China passou a ocupar, em 25 de Outubro de 1971, através da Resolução 2.758 da Assembleia Geral, o assento anteriormente destinado à República da China (Taiwan) na Organização das Nações Unidas e em seu Conselho de Segurança. Desta forma, o autor relembra, os compromissos firmados com as partes africanas e estendidas à parte nigeriana tiveram as seguintes características principais

1- o número de países africanos com laços diplomáticos aumentou gradualmente; 2- muitos Estados africanos acolheram com satisfação a entrada da China no Conselho de Segurança das Nações Unidas em 1971; 3- a China continuou a apoiar o movimento nacionalista que reivindicava a independência; 4- a China comprometeu-se com projetos de prestígio em toda a África, sendo a ferrovia Tanzânia-Zâmbia o maior projeto de ajuda humanitária do continente; 5- a China enfatizou a existência de uma dicotomia entre as superpotências mundiais e seus oponentes mais fracos, auxiliando-os em sua sobrevivência. (Odeh, 2013, p. 26-27, Tradução própria).

Por fim, em via de regra, no cenário africano, a política externa da China buscava consolidar alianças ideológicas contrárias ao sistema capitalista e apoiar movimentos que lutavam pela autonomia nacional. A Nigéria, a partir do grupo separatista de Biafra, embora não ocupasse posição de destaque entre os países líderes da região, acabou assumindo um papel relevante como facilitadora no repasse da assistência chinesa aos grupos de libertação.

A partir de 1993, esse processo respingou por estreitar os vínculos diplomáticos entre os dois Estados, promovendo maior frequência de encontros

oficiais e estimulando o crescimento das trocas comerciais e dos investimentos chineses em solo nigeriano. Segundo Udeala (2010) é possível denotar que a relação foi construída a partir da “construção” de acordos pontuais responsáveis em criar mecanismos de confiança mútuos de tal forma que as relações econômicas entre Nigéria e China foram institucionalizadas por meio de sucessivos instrumentos bilaterais firmados a partir da década de 1970. O primeiro deles, um acordo comercial celebrado em 3 de novembro de 1972, permaneceu em vigor até 1985, quando as partes procederam à troca de uma nova minuta por canais diplomáticos. No mesmo período, foi concluído o acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, assinado em 12 de novembro de 1972 e renovado em 8 de julho de 1982. No âmbito cultural e educacional, firmou-se o acordo correspondente em 20 de novembro de 1981, cuja atualização ocorreu em 28 de março de 1990, inserida no programa de execução de compromissos culturais e educacionais bilaterais.

Esses acordos mostram como a relação entre Nigéria e China foi se tornando mais ampla, indo além das questões comerciais para incluir áreas como ciência, tecnologia e cultura. Esse movimento revela o empenho de ambos os países em manter uma cooperação contínua e organizada. Assim, a evolução dos entendimentos bilaterais demonstra o compromisso mútuo com o fortalecimento das relações e o desenvolvimento conjunto.

3 NEOCOLONIALISMO E RECONFIGURAÇÃO DA DEPENDÊNCIA: NIGÉRIA E CHINA

Este tópico examina o neocolonialismo como forma específica de dominação no capitalismo contemporâneo, tomando como referência central a formulação de Kwame Nkrumah (1967), para quem o neocolonialismo constitui o ‘último estágio do imperialismo’. Lenin aparece aqui apenas como antecedente conceitual do imperialismo, enquanto Nkrumah fornece a definição operacional, os mecanismos e os efeitos sobre o desenvolvimento (industrialização e mercado interno) que orientam a leitura do caso nigeriano. A caracterização do imperialismo como fase marcada pela exportação de capitais, pela formação de associações monopolistas e pela partilha territorial do globo entre grandes potências, tal como formulada por Lenin, oferece um antecedente importante para compreender a permanência de relações centro–periferia sob o capitalismo. Nessa leitura, a exportação de capital e a disputa por colônias expressam a necessidade do capitalismo desenvolvido de controlar matérias-primas, mercados e oportunidades de investimento, estabelecendo condicionantes estruturais para as economias periféricas.

Em Nkrumah (1967), o neocolonialismo opera por um conjunto de mecanismos de comando indireto (financeiros, monetários, comerciais e técnico-administrativos) que substituem a administração colonial explícita. A análise desenvolvida neste capítulo parte da concepção de Kwame Nkrumah (1967) segundo a qual o neocolonialismo constitui o “último estágio do imperialismo”, isto é, uma fase em que a independência política não elimina, mas reorganiza a dominação capitalista sobre os antigos territórios coloniais. Em vez da ocupação direta, prevalece um comando exercido por meio de investimentos, controle monetário, endividamento e presença de corpos técnicos estrangeiros, mecanismos que permitem às potências capitalistas dirigir políticas econômicas e extrair excedentes de Estados formalmente soberanos.

A partir dessa chave, neocolonialismo e dependência serão compreendidos neste capítulo como dimensões de um mesmo processo histórico em que a expansão do capitalismo central produz, simultaneamente, desenvolvimento nos centros e subdesenvolvimento nas periferias. A discussão sobre a herança colonial, a estrutura produtiva nigeriana e a inserção do país em novas parcerias, como a

chinesa, busca justamente explicitar como essa forma neocolonial de dominação se atualiza, mantendo a subordinação econômica sob a aparência de autonomia política.

Sobre os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento na obra de Kwame Nkrumah (1967), para quem o neocolonialismo mantém intactas as estruturas econômicas herdadas do colonialismo, garantindo que os países africanos permaneçam subordinados ao capital estrangeiro, mesmo após conquistarem sua independência formal. Como aponta Nkrumah, “a menos que os pequenos Estados possam se unir, eles devem ser obrigados a vender seus produtos primários a preços ditados pelas nações desenvolvidas e comprar seus produtos manufaturados aos preços fixados por elas” (Nkrumah, 1967, p. 9).

De início, a compreensão das dinâmicas contemporâneas de dominação econômica sobre países africanos se beneficia com a retomada crítica da categoria “neocolonialismo”, tal como elaborada por Kwame Nkrumah (1967) em *Neocolonialismo: Último estágio do Imperialismo* (1967), no qual argumenta que a paz e a justiça internacional estão condicionadas à superação dessa forma de dominação. Segundo o autor, líder político ganense com notável influência no pan-africanismo, o neocolonialismo configura-se como uma continuidade do colonialismo por outros meios, sendo caracterizado pelo controle *indireto* exercido por potências estrangeiras sobre Estados *formalmente* independentes. Segundo afirma,

acima de tudo, o neocolonialismo, como o colonialismo antes dele, adia o enfrentamento das questões sociais que deverão ser enfrentadas pelo setor plenamente desenvolvido do mundo antes que o perigo de uma guerra mundial possa ser eliminado ou o problema da pobreza mundial resolvido (Nkrumah, p.8, 1967).

Esse excerto evidencia que o neocolonialismo não apenas perpetua a dominação econômica, mas também retarda soluções estruturais locais, como a erradicação da pobreza e a prevenção de conflitos, pois ao manter os países “em desenvolvimento” em situação de dependência, os desequilíbrios sistêmicos se aprofundam. Desta maneira, para Nkrumah (1967), a subordinação das economias africanas às estruturas externas é aprofundada por mecanismos de dependência produtiva e comercial, que por sua vez impedem a constituição de mercados internos autônomos e inviabilizam o desenvolvimento nacional. Em suas palavras,

enquanto o neocolonialismo puder impedir condições políticas e econômicas para um desenvolvimento ótimo, os países em desenvolvimento, estejam ou

não sob controle neocolonialista, serão incapazes de criar um mercado suficientemente grande para apoiar a industrialização (Nkrumah, p.9-10, 1967).

O excerto traz à tona que o neocolonialismo, ao impedir a formação de mercados internos fortes, bloqueia as bases necessárias para a industrialização nos países periféricos e, assim, mesmo na ausência formal de controle externo, atua como barreira estrutural ao desenvolvimento autônomo. E assim, para Nkrumah, a despeito da situação jurídica, a dependência é mantida pela fragilidade econômica, herdada do período colonial e mantida por pretensões político-econômicas.

Considerando esse quadro, observa-se que, ao tratar inicialmente da fragilidade econômica que marca o contexto analisado, o autor prepara o terreno para, em seguida, dirigir uma crítica contundente aos que sustentam um modelo de interação política de caráter mantenedor de desigualdades, evidenciando como a vulnerabilidade material não pode ser dissociada das formas de organização e atuação política que contribuem para a sua manutenção:

Há, no entanto, especialistas e apologistas imperialistas que exortam os países menos desenvolvidos a se concentrarem na agricultura e a deixarem a industrialização para mais tarde, quando as suas populações estiverem bem alimentadas.” (Nkrumah, 1967, p.7)

A frase acima de Nkrumah (1967), ao mencionar “especialistas e apologistas imperialistas” que sugerem aos países menos desenvolvidos se concentrarem na agricultura e adiarem a industrialização, revela o papel ideológico do discurso técnico no interior do neocolonialismo, entendido como etapa em que o domínio imperial deixa de ser predominantemente político-militar e passa a operar sobretudo por mecanismos econômicos, financeiros e “científicos”. O conselho aparentemente neutro (alimentar primeiro a população, industrializar depois) funciona como racionalização de uma divisão internacional do trabalho que consagra às economias centrais o monopólio da indústria e da tecnologia, relegando a periferia à condição de fornecedora de produtos primários, de baixa produtividade, vulneráveis à deterioração dos termos de troca e às flutuações de preços no mercado mundial.

O ponto decisivo é que esse discurso não apenas descreve a economia periférica, como também ajuda a administrá-la. Ao naturalizar a especialização primário-exportadora e apresentar a industrialização como ‘etapa futura’, cria-se legitimidade para arranjos concretos (seleção de projetos financiáveis, priorização de infraestrutura voltada ao escoamento de commodities, dependência de tecnologia

externa e manutenção de importações de manufaturados) que reproduzem a drenagem de valor e a limitação do mercado interno destacado por Nkrumah (1967). Com isso, a ‘mobilização do espaço’ ocorre porque o discurso define onde se investe, para que se investe e quais conexões territoriais e produtivas se tornam prioritárias, condicionando o desenvolvimento possível mesmo sob soberania formal.

Do ponto de vista teórico de Nkrumah (1967), o problema não reside na agricultura em si, mas na sua absolutização como destino quase “natural” das nações africanas e de outros países dominados. Ao separar agricultura e indústria numa sequência temporal rígida (“agricultura agora, indústria depois”) os “especialistas” ignoram que a própria elevação da produtividade agrícola depende de uma base industrial que produza máquinas, fertilizantes, energia, equipamentos de transporte e armazenamento, de modo que sem industrialização o incremento agrícola tende a ser limitado e instável.

A fórmula sugerida, desta maneira, não apenas posterga a industrialização para um futuro indefinido, como cria um dilema: a baixa produtividade rural impede a acumulação necessária para montar uma estrutura industrial, e a ausência de indústria impede qualquer salto sustentável na produtividade e na renda agrícola, o que perpetua a pobreza que supostamente se queria resolver antes de industrializar. Nkrumah (1967) considera aquela possível solução como sendo ilusória, porque supõe que seja possível superar a fome e o subconsumo massivo, por exemplo, dentro de uma economia primário-exportadora, subordinada às necessidades das indústrias dos países centrais.

Para o autor, os dados sobre a exploração dos recursos africanos, exportados em forma primária para alimentar o parque industrial europeu e norte-americano, mostram que, enquanto a África permanece especializada em matérias-primas, as grandes fatias de valor agregado, de emprego qualificado e de progresso técnico são apropriadas fora do continente. A recomendação de permanecer agrícola reforça, assim, um padrão de acumulação em que o excedente gerado pela periferia é sistematicamente drenado, mantendo as economias neocoloniais em situação de crônica escassez de divisas, endividamento e dependência de “ajuda” externa.

Quando Nkrumah (1967) sugere que os defensores dessa mecânica são “apologistas” em virtude da autoridade técnica de economistas, consultores, organismos internacionais e centros de pesquisa, denuncia que essa “técnica” não é

neutra, mas articulada aos interesses do grande capital e dos Estados imperialistas. Ao apresentarem como lei “científica” do desenvolvimento a ideia de que os países atrasados devem limitar-se à agricultura, esses agentes conferem legitimidade acadêmica e moral a políticas que consolidam o controle estrangeiro sobre os setores de alto valor agregado, particularmente a indústria de bens de capital, de insumos agrícolas e de transformação de minerais. Em vez de reconhecer a industrialização como necessidade econômica e social das nações periféricas, tais discursos procuram rebaixá-la ao estatuto de “ambição política” dos líderes nacionalistas, sugerindo que seu ímpeto industrializador seria capricho ideológico, e não resposta objetiva às condições de dependência estrutural.

É com a perspectiva do neocolonialismo como comando indireto e o discurso técnico como seu dispositivo legitimador que este capítulo lê a estrutura produtiva nigeriana e, posteriormente, a aproximação com a China. A conjuntura política e econômica nigeriana posterior à independência reproduziu um padrão de dependência que ajuda a entender a aproximação com a China e a aceitação de acordos assimétricos em financiamento, comércio e infraestrutura. A herança colonial deixou uma economia voltada à exportação de matérias-primas, com forte peso da agricultura e participação mínima da indústria, o que limitou desde o início a capacidade do Estado de sustentar um projeto próprio de desenvolvimento e, portanto, de exercer autonomia substantiva.

Em 1960, a agricultura, silvicultura e pesca representavam 63% da atividade econômica; mineração um por cento. O desequilíbrio é enfatizado pela proporção extremamente baixa de 2% para a indústria e a manufatura, eliminando imediatamente qualquer comparação com a contribuição de 1% da mineração e 4% da agricultura para o produto econômico total da América. No caso dos Estados Unidos, essa baixa proporção sustenta uma vasta superestrutura de indústria e manufatura. Na Nigéria, conota simplesmente um total desrespeito sob o colonialismo pelas potencialidades da Nigéria. A razão para isso não reside no fato de que a Nigéria é desprovida de recursos industriais naturais, como confirmam as recentes descobertas de petróleo e ferro. Era que a agricultura da Nigéria proporcionava maior lucratividade para o investimento europeu do que os riscos envolvidos nas maiores provisões de capital exigidas pela exploração e exploração de mineração (Nkrumah, 1967, p.14).

Nos anos da independência, a Nigéria apresentava uma estrutura produtiva na qual agricultura, silvicultura e pesca concentravam a maior parte da atividade econômica, enquanto mineração e, sobretudo, indústria e manufatura tinham participação residual. Esse quadro indicava não uma forma de ausência de recursos

naturais, mas a decisão, no período colonial, de concentrar investimentos em atividades primárias mais lucrativas para o capital externo, adiando ou bloqueando a formação de uma base industrial local. Com a descoberta de petróleo e outros minerais, confirmou-se que o país tinha potencial para uma trajetória diferente, mas a lógica predominante continuou sendo a de extrair e exportar produtos em estado primário, sob forte presença de empresas estrangeiras.

Nessas condições, a independência política não significou controle efetivo sobre os principais vetores econômicos. As decisões sobre o uso dos recursos naturais, as prioridades de investimento e a forma de inserção no comércio internacional seguiram condicionadas por interesses externos, associados a grandes empresas e centros financeiros que buscavam garantir o acesso a matérias-primas em termos favoráveis. A própria organização interna da Nigéria, marcada por divisões regionais e por uma federação que dificultava o planejamento econômico nacional, contribuiu para fragmentar iniciativas de industrialização e manteve o país vulnerável à pressão de capitais estrangeiros que operavam em diferentes partes do território.

Desta maneira, de início, é possível dizer que a entrada de novos parceiros, como a China, com pacotes de investimentos e projetos de infraestrutura, não altera essa lógica, mas a atualiza: a economia continua voltada para a exportação de recursos naturais e a importação de manufaturas, enquanto o controle tecnológico e a gestão de grandes projetos permanecem nas mãos de empresas e organismos externos. Assim, mesmo com a diversificação de parcerias, a Nigéria reproduz, em nova configuração, a estrutura neocolonial descrita por Nkrumah (1967): a independência política coexiste com a subordinação econômica, pois os excedentes gerados continuam sendo drenados para fora do país, e as decisões estratégicas permanecem condicionadas por interesses externos.

A disputa entre potências pela exploração de recursos africanos, descrita por Nkrumah (1967) em termos de rivalidade por “esferas de interesse”, criou para Estados como a Nigéria um ambiente em que a competição entre centros de poder podia ser usada como margem de manobra, mas também como novo mecanismo de subordinação. A oferta de “ajuda” e de investimentos em grandes projetos, muitas vezes apresentada como oportunidade de modernização, funcionava na prática como forma de amarrar o país a compromissos de fornecimento de matérias-primas, compra de equipamentos e privilégios fiscais para empresas estrangeiras. Isso

limitava o espaço de política econômica e tornava difícil transformar o excedente gerado pelos recursos em base industrial autônoma.

É nesse cenário que a entrada de novos atores, como a China, pôde ser percebida pela elite dirigente nigeriana como alternativa às antigas metrópoles e aos centros tradicionais de poder, sem alterar substantivamente o padrão de inserção do país. A China passou a disputar acesso ao petróleo, a minérios e a outros recursos, oferecendo pacotes de investimentos, obras de infraestrutura e crédito, em troca de garantias de longo prazo sobre esses ativos estratégicos. Na prática, isso reproduz a lógica descrita por Nkrumah ao sugerir que a economia nigeriana permanece orientada à exportação de produtos primários e à importação de manufaturas e equipamentos, agora também provenientes do parceiro asiático, com benefícios concentrados em empresas externas e em segmentos da elite local.

Quando se observa a relação com a China a partir da ideia de autonomia, sobressai uma tensão. De um lado, recorrer a um novo parceiro pode ser interpretado como tentativa de escapar ao controle exclusivo das antigas potências, explorando a rivalidade entre elas para ampliar a margem de escolha em política externa e econômica. De outro, a permanência de uma estrutura produtiva centrada na exportação de recursos brutos e na dependência de capital, tecnologia e mercados externos, tal como descrita por Nkrumah (1967) no caso nigeriano, faz com que essa busca de “autonomia” se realize no interior de um quadro de dependência renovada, no qual as decisões estratégicas continuam fortemente condicionadas por interesses estrangeiros, ainda que com novos protagonistas.

3.1 LIMITES ESTRUTURAIS E MARGENS DE AUTONOMIA

O termo “neocolonialismo²” surge no âmbito do marxismo-leninismo, sendo mobilizado por autores dessa tradição para indicar uma fase posterior ao colonialismo direto, em que a dominação se mantém apesar da independência formal das colônias. Nessa acepção, a categoria remete à continuidade de vínculos de dependência típicos do velho sistema colonial, agora reproduzidos pelas

² Neocolonialismo: A Última Etapa do Imperialismo (Nkrumah, 1967)
Os Condenados da Terra (Fannon, 1961)

potências capitalistas centrais por meio da apropriação de recursos naturais, da exploração intensiva da força de trabalho e do controle de mercados nos países periféricos politicamente soberanos.

Essa interpretação destaca que as lutas de independência não eliminaram a estrutura de subordinação, apenas transformaram seus mecanismos: o comando passa a operar principalmente via instrumentos econômicos, financeiros, jurídicos e culturais que asseguram às antigas metrópoles e a outros centros imperialistas acesso privilegiado a matérias-primas, escoamento de manufaturas e mão de obra barata. Em vez de ocupação militar prolongada e administração colonial explícita, predominam formas indiretas de imposição, como endividamento externo, fluxos de investimento condicionados, acordos desiguais de comércio e a atuação de organismos internacionais, todos convergindo para preservar a posição dominante do capitalismo desenvolvido na hierarquia global.

No século XIX, sob o chamado Concerto da Europa, a expansão colonial esteve fortemente associada ao predomínio do capital comercial, o que se refletia em Estados coloniais menos estruturados e em configurações sociais sujeitas a fortes oscilações políticas e econômicas. Com a consolidação do capitalismo industrial, esse padrão foi gradualmente deslocado por um tipo de domínio em que o imperialismo passa a apoiar-se de forma mais direta no capital industrial e, posteriormente, financeiro, articulando investimento produtivo, controle de mercados e poder estatal sobre os territórios coloniais e semicoloniais.

Essa reconfiguração decorre das exigências da acumulação industrial, que não se satisfaz mais apenas com o controle de rotas comerciais e tributos, mas requer a organização da produção nas áreas periféricas de acordo com as necessidades das economias centrais. Desse modo, o “novo” Estado colonial ou dependente tende a ser politicamente mais robusto e estreitamente vinculado à lógica imperialista, incumbido de garantir estabilidade institucional, segurança para investimentos, provisão contínua de matérias-primas e canais seguros para a circulação de mercadorias, o que confere ao imperialismo de base industrial e financeira uma capacidade de controle superior àquela própria do colonialismo apoiado sobretudo no comércio.

Segundo o professor brasileiro Gerson Moura, em “Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935-1942”, elucida que o “campo capitalista, na primeira metade do séc. XX, se caracteriza pela competição por

hegemonias, que traduzem no plano político o fenômeno subjacente do imperialismo” (Moura, 1980 p.37). Sendo possível complementar que tal competição não era apenas econômica, mas também política e militar. Esse fenômeno resultava do processo do imperialismo do Concerto Europeu³, entendido não apenas como dominação direta de territórios, mas, de forma mais abrangente, como a busca por influência sobre mercados, fontes de matérias-primas, rotas estratégicas e zonas de influência política. A dinâmica do capitalismo na primeira metade do século XX é caracterizada pela intensificação do imperialismo. Este fenômeno, compreendido como a expansão do capital financeiro e a subsequente partilha econômica e territorial do globo pelas principais potências, estabeleceu as bases estruturais para a instabilidade sistêmica. A necessidade de garantir mercados exclusivos, o controle sobre fontes de matérias-primas e a exportação de capitais impulsionaram uma competição inter-capitalista que ultrapassou a esfera puramente econômica. A lógica da acumulação, intrínseca ao modo de produção, exigia que cada centro de poder assegurasse sua posição contra concorrentes.

No plano político, essas disputas por hegemonia se traduziam em movimentos para assegurar posições dominantes em regiões consideradas estratégicas, como América Latina, África e Ásia, ao mesmo tempo em que buscavam limitar a ascensão de competidores ou o avanço de alternativas ao capitalismo, como o socialismo. A competição por hegemonias não era apenas um reflexo de interesses econômicos, mas também das necessidades dos Estados de fortalecer sua posição relativa no sistema internacional. Assim, o imperialismo tornava-se o pano de fundo estrutural de todas as decisões de política externa, condicionando não só as possibilidades de autonomia dos países periféricos como também a formação de blocos de poder e a eclosão de conflitos armados, evidenciando que o sistema capitalista da época era essencialmente conflituoso e competitivo no plano global.

Esta competição econômica estrutural traduziu-se, no plano político-militar, na “competição por hegemonias”. O campo político internacional tornou-se a arena onde as rivalidades imperialistas subjacentes se manifestavam. As disputas por

³ No Congresso de Viena (1814-1815), estadistas tentaram criar um sistema de estabilidade política na Europa pós-napoleônica, e para tal modelaram o comportamento coletivo das Grandes Potências de duas maneiras: 1) como um único indivíduo de status elevado em um grupo social composto por outras nações europeias de status inferior; 2) como um grupo igualitário, governado por consenso e protegido de disputas internas. (Barreiros, 2023)

esferas de influência, a formação de blocos de alianças antagônicas e as corridas armamentistas foram expressões diretas dessa tensão. Os dois conflitos mundiais (1914-1918 e 1939-1945) representam o ápice dessa disputa, entendidos não como eventos acidentais, mas como a resolução violenta das contradições geradas pela luta inter-imperialista pelo domínio do sistema-mundo. A busca pela hegemonia, pode-se dizer, era a forma política necessária da fase imperialista do capitalismo. Segundo Gerson Moura:

A teoria do imperialismo fornece um quadro de referência geral do movimento do sistema capitalista, mas não diz por si uma resposta imediata a formas atuais e diferenciadas de hierarquia política. Em outras palavras, quando pensamos nas relações especificamente políticas, a teoria do imperialismo nos ajuda a traçar os limites dentro dos quais agem os atores institucionais e/ou individuais, mas não nos fornece o exato conteúdo dessa ação. Abre-se aí um vasto campo para indagações e pesquisa empírica sobre as relações econômicas, políticas, jurídicas, etc., que caracterizam um determinado sistema de poder. (Moura, p.38)

Em sua análise, Moura ressalta que, enquanto o conceito de imperialismo descreve as estruturas amplas de dominação no capitalismo, ele não prescreve ou determina exatamente como se desenrolam as relações políticas entre países ou dentro de determinadas conjunturas. Por isso, para compreender de modo preciso os fatos políticos, faz-se necessário investigar empiricamente as circunstâncias, interesses e decisões de cada contexto. Por exemplo, no caso brasileiro estudado por Moura (1935-1942), observa-se que as decisões políticas foram influenciadas por fatores conjunturais e estruturais, como a rivalidade entre EUA e Alemanha, e o papel das elites locais, sem que houvesse um roteiro pré-definido apenas pela teoria do imperialismo.

Dessa forma, a abordagem proposta rejeita tanto o determinismo absoluto, que explicaria tudo pela estrutura do sistema (imperialismo), quanto o voluntarismo, que veria os agentes como totalmente autônomos. O campo de análise exige reconhecer que as estruturas (imperialismo) impõem limites e condicionantes, mas é nas conjunturas e nas ações concretas dos atores que se definem as políticas. Assim, investigações sobre sistemas de poder demandam tanto fundamentos teóricos amplos quanto pesquisa empírica rigorosa, conciliando análise estrutural e conjuntural.

Mais a frente, outro trecho propõe uma abordagem de análise política que articula, de forma clara, o papel das determinações estruturais e conjunturais nos

processos de decisão de países periféricos, como o Brasil: “essa relação dialética garante a estabilidade provisória do sistema de poder, o que significa que a autonomia relativa das conjunturas não se remete eternamente a determinação em última instância pela estrutura” (p.44). Moura ressalta que, embora forças estruturais (como o imperialismo e a dependência no sistema internacional) limitem a ação dos agentes políticos, as decisões tomadas em determinadas conjunturas não se resumem a simples reflexos dessas estruturas. A autonomia não é absoluta, pois permanece a influência da dominação e da subordinação entre centro e periferia, mas há espaço para decisões políticas que podem modificar, em maior ou menor grau, o sistema estabelecido.

Esse entendimento rejeita os extremos do determinismo estrutural, que explicaria a política externa apenas pelos interesses das potências e pela posição subordinada dos países periféricos, assim como do voluntarismo puro, que creditaria todas as mudanças à liberdade dos atores políticos. Moura reconhece uma autonomia relativa das conjunturas, capaz de provocar transformações reais nos sistemas de poder, desde que estas estejam apoiadas em negociações estratégicas e aproveitamento das oportunidades internacionais, como ocorreu no Brasil na década de 1930 com a política de “equidistância pragmática”.

A relação dialética entre estrutura e conjuntura, segundo Moura, garante uma estabilidade provisória dos sistemas de poder de tal forma que “as conjunturas podem atuar decisivamente sobre as estruturas; em outras palavras, os processos de decisão política também têm um potencial de transformação dos sistemas de poder” (p. 44).

A teoria do imperialismo e do neocolonialismo, tal como desenvolvida por Nkrumah, estabelece limites estruturais à ação dos países periféricos: a subordinação econômica persiste mesmo após a independência formal, impedindo a formação de mercados internos autônomos e viabilizando apenas formas de desenvolvimento dependente. No entanto, como demonstra Gerson Moura em sua análise da política externa brasileira, a autonomia é sempre relativa, situada na disputa entre centros hegemônicos e periferias. Ela se manifesta na “equidistância pragmática”, ou seja, na capacidade dos países periféricos de explorar rivalidades inter-imperialistas para ampliar sua margem de manobra, mesmo dentro de um quadro de dependência estrutural.

Essa categoria é útil para interpretar a política externa nigeriana diante da China e das antigas metrópoles: a busca de novos parceiros e a tentativa de diversificar alianças não rompe com a lógica neocolonial, mas revela uma autonomia relativa, capaz de modificar, em grau limitado, às condições de inserção internacional. Assim, a autonomia não é ausência de dependência, mas a capacidade de negociar dentro dos limites impostos por essa dependência.

4 IMPACTOS NA NIGÉRIA DAS RELAÇÕES COM A CHINA

No texto *Relações Nigéria-China e desenvolvimento econômico* (Chiedozie *et al*, 2024) encontra-se a defesa de que o relacionamento entre Nigéria e China pode ser mais vantajoso para a parte africana do que seria se o país africano mantivesse o mesmo tipo de parceria com os países ocidentais. A principal explicação para essa tese se escora no “passado exploratório” vigente em mais de um século entre o país africano e as potências coloniais, principalmente com a Inglaterra. Não obstante, embora aquele passado ainda esteja presente, segundo os autores, os países em questão (China e Nigéria) partiram de “importantes semelhanças” estruturais para instrumentalizar interesses nacionais a traçar caminhos para a solução às suas respectivas necessidades.

Em relação ao conteúdo da relação econômica, Oyeranti, Babatunde e Ogunkola (2011, p.183-184) demonstram que o Investimento Estrangeiro Direto (IED) chinês na Nigéria, seja ele realizado por empresas estatais ou “*joint-ventures*”, concentra-se principalmente em setores estratégicos para a China, especialmente indústrias extrativas. Os autores explicam esse fenômeno a partir da complementaridade econômica entre os países. De acordo com o ponto de vista defendido por esses autores, a Nigéria busca investimento na infraestrutura e investimentos em setores críticos, enquanto a China busca garantir acesso a recursos naturais essenciais para sua industrialização (Oyeranti *et al*, p. 191). Contudo, alertam para desafios como práticas trabalhistas inadequadas, baixa transferência tecnológica e impactos ambientais negativos (Oyeranti *et al*, p. 196). Portanto, defendem que políticas eficazes e boa governança são essenciais para maximizar benefícios e minimizar efeitos adversos dessa relação bilateral (Oyeranti *et al*, p. 196-97). Críticas ao modo como essa relação político-econômica é tratada também são encontradas em Marko Rindap no texto, *Avaliação das Relações Econômicas Nigéria-China de 1999 a 2014* (2015). A tese central de Rindap (2015) sustenta, ao analisar o período 1999-2014, que as relações econômicas Nigéria-China são marcadas por assimetrias estruturais, com a China dominando exportações de manufaturados e investimentos estratégicos em setores como petróleo, infraestrutura e tecnologia, enquanto a Nigéria permanece dependente da exportação de matérias-primas. A autora analisa essa dinâmica pela teoria da

dependência, ao argumentar que a inserção periférica da Nigéria no capitalismo global a torna vulnerável a trocas desiguais, com transferência insuficiente de tecnologia e baixa diversificação produtiva. Essa afirmação é denotada a partir de dados que ilustram o desequilíbrio: “em 2005, as exportações nigerianas para a China totalizaram US\$ 526,9 milhões, contra US\$ 17,7 bilhões em importações” (Rindap, p.7), reforçando a dependência de *commodities* como petróleo (90% das exportações). Apesar dos investimentos chineses em ferrovias, energia e telecomunicações (ex.: US\$ 2,5 bilhões para modernização ferroviária), desafios como infraestrutura precária, insegurança e práticas laborais questionáveis limitam os benefícios para a Nigéria (Rindap, p.8). O autor sustenta que para negociar parcerias mais simétricas, o reequilíbrio exige políticas industriais ativas, exigência de transferência tecnológica e aproveitamento da demanda chinesa por recursos.

Também, neste sentido, o artigo de Samuel Onuoha Udeala (2010) analisa criticamente as relações econômicas bilaterais entre Nigéria e China sob o prisma da Cooperação Sul-Sul. Udeala (2010) argumenta que, apesar da retórica de cooperação entre países do Sul, a relação China-Nigéria permaneceu desigual no período 1999-2006, favorecendo a China. Udeala demonstra que os dados comerciais revelam déficits consistentes para a Nigéria, que exporta principalmente *commodities* primárias enquanto importa bens manufaturados chineses (p. 8-9). O autor sustenta que esta disparidade reflete diferenças nos níveis de desenvolvimento e complementaridades existentes entre as economias, concluindo, assim, que essa estrutura comercial desfavorável limita o potencial de fortalecimento produtivo da Nigéria e sua capacidade de formular políticas econômicas soberanas.

Ainda, a pesquisa argumenta que a Nigéria precisa transformar essa relação intensiva em uma outra, mutuamente construtiva, além de aprender com o modelo de desenvolvimento chinês (p. 15-18). Também nesta perspectiva de Udeala (2010), Sunday e Douglas (2020) argumentam que, apesar da retórica de cooperação mutuamente benéfica, existe um desequilíbrio significativo a favor da China (p. 196-197). Os autores demonstram que os dados comerciais revelam déficits crescentes para a Nigéria, que exporta principalmente produtos primários, enquanto importa bens manufaturados chineses (p. 197). A pesquisa evidencia que a importação de têxteis e outros produtos chineses têm impactado negativamente a indústria local nigeriana, levando ao fechamento de fábricas e ao aumento do desemprego (p. 197-198). Os autores sustentam que, embora a China tenha investido em infraestrutura

na Nigéria, frequentemente utiliza mão de obra e equipamentos importados da China, sem transferência significativa de habilidades às comunidades locais (p. 198-199). O estudo conclui que a Nigéria precisa corrigir esses desequilíbrios comerciais para que a relação realmente corresponda à retórica de situação “ganha-ganha” (p. 199).

Dessa forma, observa-se um ponto de convergência entre os autores quanto à identificação de assimetrias estruturais desfavoráveis à Nigéria, ainda que Udeala (2010) destaque a possibilidade de aprendizado com o modelo chinês, enquanto Sunday e Douglas (2020) enfatizam os efeitos concretos de desindustrialização e dependência. A articulação dessas leituras abre caminho para a análise da materialidade do capitalismo na relação sino-nigeriana, marcada pela lógica centro–periferia: a exportação de bens primários e a importação de manufaturas, somadas à utilização de mão de obra e tecnologias externas, configuram dinâmicas típicas do padrão de acumulação desigual.

O texto de Igbokwe, *Relações Nigéria-China: Impacto no Poder e no Desenvolvimento da Nigéria* indica que durante o regime militar do General Sani Abacha (1993 a 1998), os projetos chineses “sem contrapartidas” passaram a ser mais aceitos na Nigéria em razão do crescente ressentimento da liderança nigeriana em relação às condicionantes impostas pelo Ocidente para auxílio e investimento, o que levou parte da sociedade a questionar os benefícios da dependência econômica em relação aos parceiros ocidentais e a enxergar a China como alternativa para fomentar o crescimento econômico nacional (Igbokwe, p.1).

No entanto, o artigo sustenta que essa visão inicial se mostra “paradoxal”, pois a intensificação das relações Nigéria–China teria produzido efeitos adversos, evidenciados por dados de expansão e assimetria comercial e de impactos negativos sobre a economia doméstica: a. entre 2000 e 2010, o comércio anual sino-nigeriano teria aumentado nove vezes, passando de US\$ 2 bilhões para US\$ 18 bilhões, acompanhado da assinatura de dez acordos bilaterais em áreas como comércio, agricultura, turismo e segurança (p.2); b. em 2012, a Nigéria teria importado mais bens da China do que importou dos Estados Unidos e da Índia somados (seus segundo e terceiro parceiros de importação), e o texto afirma que “mais de 200” empresas chinesas operavam no país (p.2); e c. a concorrência com firmas e produtos chineses teria contribuído para o fechamento de indústrias locais e para o desemprego, com destaque para o setor têxtil, com registros do fechamento

de 65 fábricas e a demissão de 150.000 trabalhadores ao longo de uma década “e para a inundação do mercado por produtos chineses (incluindo geradores), associada a efeitos negativos sobre o setor energético e sobre o desenvolvimento em geral” (Igbokwe, p.6, Tradução própria).

Sobre esse mesmo viés de superação de disparidade, em Relações econômicas entre Nigéria e China no âmbito da cooperação Sul-Sul (tradução própria), do pesquisador nigeriano Samuel Udeala (2013), as relações entre os países do Sul-Sul, apesar de aparentemente serem, em oposição ao que acontece com os países ocidentais, pautadas por trocas simétricas, ainda são economicamente desvantajosas para os países mais fracos. E, no caso China-Nigéria, é ainda mais desvantajosa para o lado nigeriano.

Por fim, o autor Felwine Sarr, em Afrotopia (2019) defende a posição de “pensar a África” a partir das próprias concepções culturais e científicas. Segundo o autor, as noções ocidentais de economia estatal são encaradas de forma a questionar a conveniência da aplicação dessa visão de mundo na realidade do continente africano. Os conceitos comumente propagados como objetivos comum das nações, tais quais “desenvolvimento” e “crescimento”, por exemplo, fazem parte da “episteme [...] que o Ocidente exportou para o mundo a partir do século XV, a reboque de uma vantagem tecnológica ou a golpes de porrete e de canhão quando fosse necessário” (2019, p.13). Desta maneira, ao problematizar a naturalização de categorias como “desenvolvimento” e “crescimento”, o autor demonstra que tais noções não são neutras, mas produtos de uma episteme ocidental historicamente difundida em contexto de assimetria de poder. Nesse sentido, “pensar a África” implica não apenas criticar a adequação de paradigmas importados, mas também afirmar a legitimidade de projetos endógenos de bem-estar e prosperidade, ancorados em prioridades locais e em formas plurais de produzir conhecimento e organizar a vida coletiva.

4.1 IMPACTO DA RELAÇÃO CHINA-NIGÉRIA NOS GRUPOS ÉTNICOS NA NIGÉRIA

A tentativa de identificar “a etnia mais rica” na Nigéria é recorrentemente mobilizada em debates públicos, mas tende a reduzir um fenômeno de natureza estrutural e multifatorial. O pesquisador nigeriano Segun Dukeh (2025) sustenta que a concentração de riqueza no país se relaciona mais intensamente com fatores como urbanização, acesso a capital, redes econômicas e inserção setorial do que com o pertencimento étnico em si. Dessa forma, a problemática consiste em compreender como as três maiores etnias, os Hausa-Fulani, Yoruba e Igbo se associam a padrões distintos de acumulação e de influência sobre o Estado. Parte-se da tese de que não há evidência conclusiva de supremacia econômica de um único grupo; o que se observa é uma distribuição de protagonismos, na qual cada etnia tende a concentrar vantagens comparativas em setores e mecanismos de poder diferentes (The Guardian NG, 2025).

No que se refere aos Hausa-Fulani, o texto aponta uma base econômica historicamente conectada à agricultura, pecuária e redes tradicionais de comércio no Norte do país, com destaque para mercados regionais e circulação inter-regional de mercadorias. Em termos de concentração de riqueza no topo, a fonte menciona que Aliko Dangote (frequentemente identificado como o indivíduo mais rico da Nigéria) é associado a esse grupo, o que simboliza capacidade de acumulação em cadeias industriais de grande escala. No plano da influência estatal, a abordagem sugere que o peso Hausa-Fulani também se articula à presença em arenas político-administrativas e a vínculos institucionais, o que pode ampliar capacidade de incidência sobre decisões e recursos, embora o texto ressalte que associação estatística não implica causalidade direta entre etnia e riqueza (The Guardian NG, 2025).

Em relação aos Yoruba, a fonte enfatiza o protagonismo econômico do Sudoeste, associado à centralidade de Lagos como principal polo comercial e urbano do país. Essa centralidade favoreceria a concentração de infraestrutura econômica, serviços avançados e mercados de consumo, com inserção significativa em telecomunicações, serviços profissionais, mídia e finanças. A menção a empresários Yoruba entre os mais ricos reforça, no argumento do texto, a vinculação do grupo a setores de alto valor agregado e a circuitos econômicos intensamente urbanizados. Sob a ótica da influência no Estado, a concentração institucional e econômica em torno de Lagos e do Sudoeste tende a ampliar capacidade de

influência indireta por meio de mercados, regulação e redes empresariais com grande densidade organizacional (The Guardian NG, 2025).

Voltando a atenção às minorias étnicas no Delta do rio Níger, na Nigéria, citadas por Odey e Zhanfeng (2010) no contexto histórico-econômico desde o período do colonialismo britânico e do extrativismo petrolífero, no qual uma região altamente produtora de riqueza nacional permanece socialmente vulnerável e politicamente subordinada. A problemática central, segundo os autores, reside no paradoxo entre a importância do Delta para a receita do Estado e a persistência de pobreza, precarização de serviços públicos e degradação ambiental (derrames de óleo, queima de gás, poluição de águas e solos) (p.4-5), que corroem meios tradicionais de subsistência como pesca e agricultura e alimentam ciclos de conflito e violência desde a década de 1990.

Nesse quadro, as minorias (como Ijaw, Ogoni, Itsekiri, Urhobo e outras) são apresentadas como grupos que sofrem desproporcionalmente com a instrumentalização de seus territórios por corporações transnacionais e pela assimetria de poder do Estado, incluindo repressão e violações documentadas em episódios de violência. A tese defendida é que os “dividendos” (p.16) do petróleo e da globalização não são distribuídos de modo justo, e que o vigente método de troca comercial, em vez de promover desenvolvimento sustentável local, aprofunda o esgotamento de recursos e a exclusão dos pobres em áreas rurais ricas em recursos.

O Delta do rio Níger constitui o principal polo de extração petrolífera da Nigéria, cuja economia nacional é fortemente dependente das exportações de petróleo, concentrando no governo federal a maior parcela da renda gerada por essa atividade. No marco institucional vigente (a exemplo da Constituição de 1999, frequentemente citada na literatura), a titularidade dos recursos naturais é centralizada, de modo que a arrecadação proveniente do petróleo tende a se acumular no nível federal, embora parte relevante desses recursos seja corroída por práticas recorrentes de corrupção (Minority Rights, 2018). Nesse cenário, o Delta abriga diversos grupos étnicos minoritários, além dos citados anteriormente, como Andoni, Brass, Dioubu, Etche, Ijaw, Kalibari, Nembe, Ogoni e Okrika que permanecem no território produtor, mas nem sempre participam de forma proporcional dos benefícios econômicos associados ao setor.

4.2 SOBRE AS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS (ZEE'S) NA NIGÉRIA

No texto “A Economia Política do Investimento Chinês na Nigéria: Prometeus ou Leviatã?” (Adunbi e Stein, 2017) os autores discutem a economia política do investimento chinês na Nigéria a partir do reconhecimento de que, nos últimos anos, ocorreu aumento expressivo do quantitativo de empresas chinesas atuando no país, em um contexto de liberalização econômica consolidado após a transição para o regime civil em 1999. Nesse cenário, acordos entre governo nigeriano, empresas e governo chinês, inclusive por meio de arranjos com governos estaduais e locais, embora os autores observem que os interesses chineses seguem fortemente concentrados na extração de petróleo e em atividades correlatas, como explicitado no trecho abaixo:

“embora os esforços do governo central para reduzir a dependência da economia em relação ao petróleo tenham fracassado em grande parte, os governos estaduais e locais, pelo menos superficialmente, parecem comprometidos em trabalhar com empresas chinesas para aumentar o investimento em empreendimentos que ajudarão a gerar uma economia diversificada e orientada para o crescimento.(Adunbi e Stein, p.1)

A problemática é introduzida a partir da elucidação da política do presidente Hu Jintao (2003-2013), que incentivou a expansão global da China associada à política de internacionalização de empresas e à formação de mecanismos de cooperação, como o Fórum de Cooperação China–África (FOCAC). Sobre este momento, o pesquisador nigeriano Igbokwe, no texto *Relações Nigéria-China: Impacto no Poder e no Desenvolvimento da Nigéria* (2020), em continuidade à discussão acerca das dinâmicas contemporâneas de dependência e assimetria nas relações internacionais, avalia os efeitos concretos da presença chinesa em economias africanas estratégicas, como a Nigéria. Nesse sentido, o excerto a seguir explicita como a inserção da China no país se articula a objetivos geoeconômicos mais amplos, o que tensiona a narrativa de cooperação e desenvolvimento frequentemente associada a essa parceria:

“O envolvimento da China na Nigéria faz parte da agenda imperialista chinesa — a internacionalização das empresas chinesas, bem como a estratégia governamental de “expansão internacional”. É também imperativo observar neste ponto que o interesse chinês na Nigéria é motivado pela atual desaceleração econômica na China e pela sobrecapacidade em vários

setores. [...] Paradoxalmente, esse resultado esperado é inatingível, considerando que as empresas chinesas importam sua própria força de trabalho do país de origem e que alguns trabalhadores são geralmente mantidos em condições análogas à escravidão.” (Tradução própria, p. 7)

Ao mesmo tempo, os autores (Adunbi e Stein, 2017) recuperam a controvérsia em moda na literatura: de um lado, interpretações que consideram a relação China-África como promotora de oportunidades (infraestrutura e estímulos à transformação produtiva) e, de outro, críticas que a descrevem como forma renovada de imperialismo econômico, devido à exploração de recursos, déficits comerciais e desindustrialização induzida por importações manufatureiras em massa (p.2). Desta maneira, Adunbi e Stein buscam não somente descrever, mas também avaliar em que medida o investimento chinês contribui para a diversificação econômica nigeriana, historicamente dependente do petróleo, e em que medida reproduz um padrão extrativo que limita a industrialização.

Como recorte empírico, a análise se volta às Zonas de Livre Comércio/Zonas Econômicas Especiais com participação chinesa localizadas em Lagos e Ogun (p.4), com dados que enfatizam a avaliação de práticas extrativas e na mensuração do impacto concreto desses empreendimentos. A tese defendida indica que as zonas, embora anunciadas como instrumentos de atração de manufaturas, geração de emprego e difusão de capacidades, têm apresentado resultados aquém do esperado, com efeitos limitados sobre transformação estrutural, cadeias de produção e dinamização industrial em escala compatível com as reais necessidades da Nigéria.

No caso da zona de livre comércio localizada em Lekki, o estudo descreve a criação da zona em 2006, por parceria entre o governo de Lagos e um consórcio chinês, com estrutura societária em que a “China-Africa Lekki Investment Company detém 60%, enquanto o governo estadual e um grupo privado local detém 20% cada” (p. 17). O plano diretor “de Ordenamento do Território” (p. 17, tradução própria) foi desenvolvido em 2010 pelo instituto chinês Shanghai Tongji, e a estratégia produtiva da zona é resumida como “um eixo, seis parques” (“one axis, six parks”), que contempla manufaturas leves, têxteis, armazenagem/logística, montagem de veículos e desenvolvimento imobiliário (p. 17). Em termos de desempenho, o texto informa que, em abril de 2015, havia 20 empresas empregando 331 pessoas e investimento total de US\$ 12,4 milhões, além de 79 empresas registradas com previsão de iniciar atividades no ano seguinte (p. 18).

Quanto à zona de Ogun (Ogun–Guangdong), o texto registra que, em 2017, havia 50 empresas registradas, 26 em operação e 12 em construção, com aproximadamente 4.000 nigerianos empregados e investimento cumulativo de US\$ 325,3 milhões, distribuído em setores como cerâmica, vidro, mobiliário, geração elétrica e estruturas metálicas (p. 21).

4.3 DESAFIOS PÓS 2013 DA RELAÇÃO CHINA-NIGÉRIA

Na seção “The Current Challenges” (2022), no artigo de Oghuvbu, *Nigeria-China Bilateral Relations: The Current Challenges, 2015–2020*, sustenta que, apesar do aprofundamento da cooperação Nigéria–China, permanecem obstáculos estruturais que afetam a sustentabilidade e a percepção pública da relação bilateral (p. 11). O autor indica que tais problemas motivam pedidos de reavaliação crítica do relacionamento (por parte da Nigéria), especialmente diante da interpretação de que a presença chinesa pode assumir contornos de forte assimetria e pressão sobre a economia nigeriana (p. 11). No eixo econômico, a argumentação aponta um padrão em que a China se beneficia mais ao exportar manufaturados, enquanto a Nigéria permanece associada à exportação de produtos primários com baixo valor agregado, o que tende a reproduzir dependências e desequilíbrios comerciais (p. 11). Por fim, afirma-se que a ampla entrada de bens chineses de baixo custo no mercado nigeriano tem repercussões negativas sobre a competitividade da indústria local, fragilizando setores produtivos internos e ampliando tensões socioeconômicas (p. 11).

Oghuvbu (2022) detalha que a intensificação das importações chinesas pode produzir efeitos sociais e econômicos relevantes, inclusive com impacto direto no emprego e na continuidade de cadeias produtivas locais, como no setor têxtil (p. 12). O autor também indica que parte das dificuldades envolve dimensões jurídico-institucionais, ao mencionar a ocorrência de práticas comerciais consideradas ilegais pelas normas nigerianas, o que exige maior capacidade de regulação e fiscalização estatal (p. 12). Ademais, aponta-se preocupação com a entrada de produtos considerados não padronizados, sinalizando riscos simultâneos para a indústria nacional, para a concorrência e para a proteção do consumidor (p. 12). Por fim, o

texto relaciona os desafios comerciais à agenda de industrialização e à necessidade de transferência de tecnologia, além de sugerir que a abertura de mercado sem salvaguardas pode aprofundar desequilíbrios e fragilizar a base produtiva doméstica (p. 12).

No começo da década passada, 2013, o presidente chinês Xi Jinping lançou a Iniciativa Cinturão e Rota, para a pesquisadora Lauren Jhonston (2018, pág. 3), esse projeto:

A BRI⁴ enfatiza amplamente a cooperação em cinco áreas: (a) coordenação de políticas de desenvolvimento; (b) construção de redes de infraestrutura e instalações; (c) fortalecimento das relações de investimento e comércio; (d) aprimoramento da cooperação financeira; e (e) aprofundamento dos intercâmbios sociais e culturais (Tradução própria).

Neste sentido, entende-se que, por meio da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), a China fortalece sua posição no cenário do desenvolvimento global. O projeto impulsiona a criação de novos mecanismos de financiamento que visam fomentar o crescimento econômico no exterior e no próprio país. Um dos resultados diretos dessa dinâmica é a aceleração da expansão internacional do setor de serviços chinês, especialmente o financeiro. No continente africano, a Nigéria consolida-se como um estudo de caso dessa política. Uma vez que os mecanismos de financiamento da “BRI” manifestam-se em grandes empréstimos e investimentos diretos para o desenvolvimento da infraestrutura energética e de transportes nigeriana essa cooperação cimenta a posição da China como parceira comercial chave, garantindo o acesso a recursos naturais estratégicos e, simultaneamente, expandindo o mercado consumidor para seus próprios produtos, o que reflete a aceleração de seus serviços no exterior. Este ponto de vista suscita críticas quando é analisado diante da conjuntura social-econômica dos países-parceiros, como é tratado por Jhonston (2018, pág. 6) que afirma:

Para tanto, o fato de a infraestrutura ser um foco da BRI não reflete apenas os pontos fortes competitivos da China no setor, mas também o fato de que uma infraestrutura inadequada inibe o desenvolvimento. No caso do desenvolvimento africano, estima-se que a infraestrutura precária da região desacelere o crescimento em pelo menos 1,2 ponto percentual ao ano, enquanto a mera melhoria da qualidade da infraestrutura existente adicionaria 0,5 ponto percentual ao crescimento (Tradução própria)

⁴ Usa-se a sigla “BRI” em razão do nome em inglês do projeto: “Belt and Road Initiative”. (Jhonston, 2018)

Soma-se a isso, a noção de que o financiamento promovido pela China na infraestrutura de países africanos opera majoritariamente através da concessão de empréstimos. Essa abordagem tem potencial de se repetirem padrões históricos nos quais o crédito para o desenvolvimento resultou em níveis insustentáveis de dívida soberana para os países concedidos. A preocupação persiste mesmo quando os empréstimos são oferecidos em condições concessionais, devido ao volume extensivo dos valores contratados.

Na esteira das críticas às condutas político-comerciais chinesas, é possível citar, também, “preocupações” sobre possível prática de uma forma de neocolonialismo (abordado em capítulo anterior). Em “O que é a Iniciativa Cinturão e Rota?” do pesquisador Shang (2019) revela que os apontamentos sobre esse tema recaem e levantam suspeitas sobre a forma como a China adquire os “óleos e os minerais estratégicos”, e também “a ameaçar o ecossistema e a estabilidade social porque suas empresas colocam os lucros antes do ambiente e das pessoas”. Mas o autor lembra que “quando os países ocidentais colonizaram os países, eles usaram poderio militar, forçando os países colonizados a abrir fronteiras para os produtos industriais ocidentais despejarem” (Shang, pág.11). Desta forma, conclui-se que a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) é uma estratégia ampla que vai muito além da cooperação no setor de energia. O projeto combina a reativação de antigas rotas comerciais com a construção de uma zona econômica moderna, plano que inclui desde a criação de infraestrutura física e digital até a conexão entre as indústrias dos países. Além disso, a iniciativa também incentiva as trocas culturais e entre pessoas, com o objetivo de fortalecer as relações entre as nações envolvidas.

5 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, examinou-se a relação econômica entre China e Nigéria, com ênfase no período de 1993 a 2016, buscando compreender como o adensamento dessa cooperação se desenvolveu e quais dilemas emergem quando tal aproximação é observada pela lente da autonomia política e econômica. A pesquisa partiu do reconhecimento de que a interação sino-nigeriana não se explica apenas por decisões conjunturais de governos, mas também por heranças históricas e por condicionantes estruturais mais amplos, associados ao lugar ocupado pela Nigéria na economia mundial e ao modo como a China projeta sua inserção externa, especialmente a partir do avanço de sua capacidade de investimento, comércio e cooperação técnica no Sul Global. Nesse sentido, o estudo procurou articular elementos históricos e teóricos para interpretar a cooperação bilateral como um fenômeno simultaneamente promissor e tensionado por assimetrias.

Este trabalho se justifica porque busca entender a teoria e investigar a pertinência na prática, a partir do estudo de caso sino-nigeriano, usa conceitos como dependência, neocolonialismo e autonomia para entender, com base em um caso real, a relação econômica entre os países no período analisado. Do ponto de vista teórico, o estudo visa articular, no campo das Relações Internacionais e da Economia Política Internacional, categorias como neocolonialismo, dependência e autonomia (em especial, sua dimensão relativa), aplicando-as à relação China–Nigéria dentro de um recorte temporal delimitado. Do ponto de vista da prática, a investigação também se justifica porque vínculos econômicos dessa dimensão influenciam decisões de desenvolvimento, formas de inserção produtiva, arranjos de financiamento e infraestrutura e, em consequência, as condições concretas de formulação de políticas públicas na Nigéria. Assim, discutir essa relação permite compreender, com as devidas cautelas analíticas e sem pressupor efeitos necessariamente homogêneos, como oportunidades, limites e riscos são produzidos e percebidos em um contexto internacional marcado por assimetrias.

Quanto aos objetivos, o norteador é entender sob a perspectiva da autonomia, o desenvolvimento da relação econômica entre a China e a Nigéria no período de 1993 a 2016. Foi abordado, ao se reconstruir a trajetória da aproximação e ao se interpretar a cooperação como parte de uma estratégia de ampliação de

presença econômica chinesa e, simultaneamente, como uma alternativa buscada por elites nigerianas diante de aborrecimentos internos e externos. O primeiro objetivo específico foi observado na medida em que o trabalho recuperou elementos das formações históricas e políticas de China e Nigéria, bem como a evolução de seus vínculos diplomáticos e econômicos desde o estabelecimento de relações formais e acordos bilaterais que se acumulam ao longo da trajetória. O segundo objetivo foi examinado ao discutir mecanismos recorrentes de inserção econômica (comércio, investimentos e projetos de infraestrutura) interpretando-os sob a luz de assimetrias preexistentes e da possibilidade de uma autonomia apenas relativa, condicionada por dependências produtivas e financeiras. O terceiro objetivo foi analisado ao direcionar a atenção para impactos econômicos e políticos debatidos no trabalho, enfatizando que tais efeitos podem se manifestar como ganhos em capacidade material e, ao mesmo tempo, como reprodução de padrões de dependência, a depender das condições de negociação, das prioridades domésticas e do modo de implementação dos projetos.

Em síntese, os resultados parecem apontar que a intensificação da relação China–Nigéria entre 1993 e 2016 pode ser compreendida como um processo de institucionalização e aprofundamento de interesses econômicos mútuos, mas atravessado por assimetrias estruturais. Do ponto de vista nigeriano, a cooperação tende a ser interpretada como oportunidade de ampliar investimentos, diversificar parcerias e enfrentar gargalos históricos de desenvolvimento; do lado chinês, é observado uma busca por expansão de mercados, inserção de empresas e consolidação de presença em setores estratégicos, em vista de um movimento que dialoga com sua projeção internacional. A pesquisa também busca compreender se essa relação amplia ou restringe a autonomia nigeriana, embora não conduza a uma resposta categórica ela aponta que há margens de manobra e possibilidades de ganhos, mas que essas margens parecem limitadas quando persistem estruturas produtivas primário-exportadoras, desequilíbrios comerciais e dependência de capitais e tecnologias externas, elementos que podem reconfigurar, mais do que eliminar, dinâmicas de subordinação. Assim, a cooperação sino-nigeriana aparece como “paradoxal e complexa” em termos analíticos, pois pode contribuir para objetivos de desenvolvimento, mas também pode reforçar condicionantes que dificultam um projeto autônomo, caso não seja acompanhada de estratégias internas

de fortalecimento industrial, planejamento e maior capacidade estatal de negociação e coordenação.

6 REFERÊNCIAS

ALAM, Muhammad Badiul. **The concept of non-alignment**: a critical analysis. *World Affairs*, v. 140, n. 2, p. 166-185, Fall 1977. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20671723>. Acesso em: 31 jan. 2026.

BARREIROS, Daniel. **Ordem internacional e evolução cognitiva**: uma abordagem para o Concerto Europeu através da Grande História (1815-1853). Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Texto para Discussão nº 031, 2023. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2023/TD_IE_031_2023_BARREIROS.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.

CHIEDOZIE, P. N.; ALOH, J. N.; IBIAM, O. E.; FELIX, M. N.; IKPOLO, G. N.; IWUALA, H. O. **Nigeria-China Relations and Economic Development**. *African Journal of Politics and Administrative Studies (AJPAS)*, v. 17, n. 1, p. 758-780, 2024.

FENBY, Jonathan. *The Penguin History of Modern China: The Fall and Rise of a Great Power, 1850-2009*. London: Penguin Books, 2009.

FOLOLA, Toyin; HEATON, Matthew M. Nationalist and independence, 1929-1960. In: FOLOLA, Toyin; HEATON, Matthew M. *History of Nigeria*. London: Cambridge University Press, 2008. p. 136-157.

GUO, Zhanfeng; ENEJI, M. Agri; ODEY, Francis O. **Impact of globalisation on the development of ethnic groups**: the case of Nigeria and China: prospects for Sino-Africa cooperation in poverty reduction. *LWATI: A Journal of Contemporary Research*, v. 7, n. 3, p. 146-163, 2010. ISSN 1813-2227.

HADDAD-FONDA, K. Zhou Enlai's African "Safari" (1963-1964). *BlackPast.org*, 2024. Disponível em: <https://www.blackpast.org/global-african-history/zhou-enlais-african-safari-1963-196>. Acesso em: 05 maio 2024.

IDREES, Mahmud Gana; BASHIR, Adamu Abdullahi; ZURKALLAINI, Alhaji Maikano; ABUBAKAR, Suleiman Dauda; FAUZIYYA, Mohammed Rabi. **Nigeria-China bilateral relations**: trade, investment and political influence. *Kashere Journal of Politics and International Relations*, v. 2, n. 2, p. 39-48, dez. 2024. ISSN 2616-1264 (impresso). ISSN 3027-1177 (online)

IGBOKEW C. Ch. **Nigeria-China Relations**: Impact on Power and Development in Nigeria. *Vestnik of Saint Petersburg University. Asian and African Studies*, 2020, vol. 12, issue 1, pp. 141–151. <https://doi.org/10.21638/spbu13.2020.110>. Acesso em 22 dez 2025.

JOHNSTON, Lauren A. **The Belt and Road Initiative**: what is in it for China? *Asia & the Pacific Policy Studies*, p. 1-19, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1002/app5.265>.

KAUFMAN, Alison A. **The “Century of Humiliation”, then and now**: chinese perceptions of the international order. *Asian Perspective*, Incheon, Inha University, v. XXV, n. 1, p. 1-33, abr. 2010. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1449346. Acesso em: 1 ago. 2024.

MATHEWS, K. Africa and non-alignment. *India Quarterly: A Journal of International Affairs*, v. 43, n. 1, p. 40-51, 1987. DOI: 10.1177/097492848704300104. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/097492848704300104>. Acesso em: 31 jan. 2026.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência**: a política externa brasileira de 1935 a 1942, 1980.

MITTER, Rana. **China's War with Japan, 1937-1945**: The Struggle for Survival. London: Penguin Books, 2014.

MTHEMBU-SALTER, Gregory. **Elephants, ants and superpowers**: Nigeria's relations with China. Johannesburg: South African Institute of International Affairs, 2009. (Occasional Paper, n. 42).

MINORITY RIGHTS GROUP. Minority Rights Groups. Disponível em: <https://minorityrights.org/communities/delta-minorities/>. Acesso em 18 nov. 2025

OGHUVBU, E.A. (2022). “**Nigeria-China Bilateral Relations**: The Current Challenges, 2015-2020.” *Annals of Spiru Haret University. Economic Series*, 22(1), 283-299, doi: <https://doi.org/10.26458/2210>

NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo**: último estágio do imperialismo. Lisboa: Seara Nova, 1967. *Neocolonialism: The Last Stage of Imperialism*. London: Thomas Nelson & Sons, 1967.

ONYEKA, Chimdiya; ONYEKA, Paulina. Innovative sustainability in an emerging economy: Nigeria's economic diversification and history with development goals. *Socio Economy and Policy Studies*, Kuala Lumpur, v. 3, n. 1, p. 01-10, dez. 2022. Disponível em: <https://seps.com.my/archives/1seps2023/1seps2023-01-10.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

ODEH, Lemuel Ekedegwa. Dynamics of China-Nigeria economic relations since 1971. *Journal of the Historical Society of Nigeria*, v. 23, p. 150-162, 2014. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24768946>. Acesso em: 20 out. 2025.

OYERANTI, Gboyega Alabi; BABATUNDE, Musibau Adetunji; OGUNKOLA, E. Olawale. **An analysis of China-Nigeria investment relations**. *Journal of Chinese Economic and Foreign Trade Studies*, v. 4, n. 3, p. 183-199, 2011. DOI: 10.1108/17544401111178221. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/1754-4408.htm>. Acesso em: 20 set. 2025.

POMAR, Wladimir. **Revolução chinesa**. São Paulo: UNESP, 2003.

RINDAP, Manko R. . **An assessment of Nigeria-China economic relations from 1999-2014**. International Journal of Arts and Humanities (IJAH), v. 4, n. 1, s/n, p. 18-30, jan. 2015. DOI: <https://doi.org/10.4314/ijah.v4i1.2>. Disponível em: <https://www.afrrevjo.net/ijah>. Acesso em: 15 out. 2025.

SARR, Felwine. *Afrotopia*. São Paulo: Sueli Carneiro; Perspectiva, 2019.

SHANG, H. **What is the Belt and Road Initiative?** In: SHANG, H. *The Belt and Road Initiative: key concepts*. Singapore: Springer Nature Singapore; Beijing: Peking University Press, 2019. DOI: https://doi.org/10.1007/978-981-13-9201-6_1. Acesso em: 19 jan. 2026.

SPENCE, Jonathan D. **The Search for Modern China**. 3. ed. New York: W. W. Norton & Company, 2013.

STRAUS, Julia C. **The past in the present**: historical and rhetorical lineages in China's relations with Africa. *The China Quarterly*, v. 199, p. 777-795, 2009. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/The-Past-in-the-Present%3A-Historical-and-Rhetorical-Strauss/305048c9e49c2b0a647c29f61c92e8da68001571>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SUNDAY, U. U.; DOUGLAS, M. M. **Chinese-Nigeria foreign relations 2011-2015: implication for socio-economic development in Nigeria**. *The International Journal of Humanities*, v. 8, n. 1, 2020.

UDEALA, Samuel Onuoha. **Nigeria-China economic relations under the South-South cooperation**. *African Journal of International Affairs*, v. 13, n. 1-2, p. 61-88, 2010. ISSN 0850-7902.

UTOMI, Patrick. **China and Nigeria**. Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, 2008.

WHAT IS THE RICHEST TRIBE IN NIGERIA? *The Guardian Nigeria*. 2025. Disponível em: <https://guardian.ng/nigerian/what-is-the-richest-tribe-in-nigeria/>. Acesso em: 16 jan. 2026.

WESTAD, Odd Arne. **The Cold War: A World History**. New York: Basic Books, 2017. Fonte de Dados Online (Banco Mundial) BANCO MUNDIAL. População da China. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=CN>. Acesso em: 20 out. 2025.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.